TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Junho/2013

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Técnico de Controle Externo
Ministério Público

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001−0001−0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8 considere o texto abaixo.

Memórias de um avestruz literário

Modéstia à parte, fui um menino bem esquisitinho. Depois, há quem diga, piorei. Não é verdade. Não daria conta de superar em bizarria – em chatice, vá lá – o frangote que fui na puberdade. O turbilhão de hormônios não explica tudo. Não me lembro de ter conhecido um ser que desfiasse o meu vocabulário de então. Talvez o Antônio Houaiss. Não era por acaso que lá no bairro volta e meia alguém me interpelava:

– Ei, irmão do Rodrigo, vem falar difícil pra gente!

Não cheguei a topar provocações, mas certa vez deixei de queixo caído um tio que veio xeretar o que havia no meu prato.

– O que temos aí?

– Lipídios, glicídios e protídeos.

Foi o que bastou para ganhar do tio Samuel o apelido, infelizmente efêmero, de Zé Lipídio.

Ouvia entoar a ave galiforme da família dos fasianídeos – ou, se você prefere, ouvia o galo cantar – e tratava logo de utilizar o vocábulo recém-aprendido, sem o cuidado de saber o que estava dizendo. Arranquei gargalhadas de meu pai com um "diabo aquático" em vez de "diabo a quatro". Escaldado, tratei de me tornar freguês do dicionário, que até então, como os outros garotos, folheava apenas para garimpar palavrões, com especial atenção aos que designassem acidentes geográficos da anatomia humana.

Ao contrário dos companheiros, porém, mantive o hábito mesmo depois que pudemos encarar ao vivo o que conhecíamos apenas do dicionário. Só que agora os palavrões, digamos, eram outros: na minha insuportável chatice adolescente, o que eu buscava eram palavras estranhas – abstrusas, diria eu na época – que, jogadas na roda como granada verbal, tivessem o poder de silenciar a audiência ignara. Meu amigo Jaime e eu chegamos a inventar umas tantas, nenhuma delas mais impactante que "cripteriótico", cujo significado, se é que tinha algum, variava conforme a circunstância em que era disparada. Devo ao ***Laudelino*** *uma coleção de excentricidades vocabulares que tive o bom senso de jamais utilizar. Mas ainda sei o que é almadraque. Não, não vou traduzir. Vá catar no dicionário, seu alóbrogo.*

(Humberto Werneck. **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2011, pp. 123/124)

1. O reconhecimento de que foi um frangote bizarro deve-se ao fato de que o autor

(A) obrigava-se a consultar dicionários, como o de Antônio Houaiss, diante de textos difíceis.

(B) provocava os colegas lançando-lhes palavrões de cuja significação ninguém suspeitava.

(C) lançava mão, sem perder a modéstia, de um vocabulário pouco usual para sua idade.

(D) apregoava sem qualquer modéstia um vasto vocabulário que simulava possuir e dominar.

(E) fazia uso de um amplo e incomum repertório de palavras, inclusive algumas inventadas.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

(A) *a audiência ignara* (8º parágrafo) = a recepção anônima

(B) *superar em bizarria* (1º parágrafo) = ir além na excentricidade

(C) *turbilhão de hormônios* (1º parágrafo) = congestão de excreções

(D) *infelizmente efêmero* (6º parágrafo) = afortunadamente transitório

(E) *para garimpar palavrões* (7º parágrafo) = a fim de discriminar maledicências

3. Atente para as seguintes afirmações:

I. No primeiro parágrafo, a afirmação *o turbilhão de hormônios não explica tudo* leva à dedução de que a entrada na puberdade nada tinha a ver com a obsessão do jovem pelas palavras difíceis.

II. Por vezes, o fato de usar um vocabulário nem sempre bem apreendido custava ao autor, quando jovem, algum constrangimento – razão pela qual se aplicou na consulta a dicionários.

III. Quando adolescente, o autor tirava proveito de seu vasto vocabulário para impressionar os amigos, empregando palavras obscuras toda vez que se referia às partes recônditas da anatomia humana.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) III.

(D) II.

(E) I.

4. Os vocábulos "almadraque" e "alóbrogo" estão dicionarizados, o que não ocorre com "cripteriótico". A respeito dessa palavra, comenta o autor: *cujo significado, se é que tinha algum, variava conforme a circunstância em que era disparada.* Deduz-se desse comentário que o autor considera haver palavras

(A) que voltam a ter sentido depois de terem sido consideradas arcaicas e dispensáveis.

(B) cuja sonoridade é tão bizarra que sempre parecerão inventadas.

(C) que nascem para nomear algo a que ainda falta uma designação precisa.

(D) em que a falta de sentido é tão evidente que ninguém as leva a sério.

(E) cuja invenção permite aplicá-las com significações arbitrárias.

www.pciconcursos.com.br

5. Por **EQUÍVOCO** quanto à regência verbal ou nominal, é preciso **CORRIGIR** o segmento sublinhado em:

(A) Ao ver que meu tio se interessava pelo que havia em meu prato, respondi com palavras científicas, deixando-o aturdido.

(B) Devo ao mestre Laudelino uma coleção de excentricidades vocabulares a que, com bom senso, jamais recorri.

(C) Valia-me, por exemplo, de expressões como "ave galiforme da família dos fasianídeos", de cujo emprego esperava imediata repercussão.

(D) Sabia que palavras estranhas causariam sempre um grande impacto, do qual, no entanto, poucos ousariam admitir.

(E) Íamos ao dicionário não para nos ilustrarmos, mas para precisar o sentido de vocábulos de que nos servíamos com ingênua malícia.

6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) Nenhuma das palavras inventadas pareceu-nos mais bizarra que "cripteriótico", que a muitos levou aos dicionários.

(B) Não se podem imputar a um turbilhão de hormônios a responsabilidade final pelas bizarrices de um típico adolescente.

(C) Não consta, mesmo no melhor dicionário, aquelas palavras cujo emprego e circulação ocorrem num âmbito muito restrito.

(D) Galo ou ave galiforme constitui designações diversas de uma mesma referência, mas se aplicam em situações bastante distintas.

(E) Entre os hábitos que se manteve naquele grupo de adolescentes estava o de inventar as palavras mais bizarras.

7. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

(A) Com ironia, comparou-se o autor a Antônio Houaiss, um lexicógrafo excepcional, responsável por um dos melhores dicionários da língua portuguesa.

(B) Meu pai teve ímpetos de gargalhadas conquanto ao invés de "diabo a quatro" eu utilizei "diabo aquático", deixando-me trair pela uniformidade sonora.

(C) Outro dicionarista citado é Laudelino Freire, que suas obras alcançaram grande repercussão em cuja época se publicaram.

(D) Não era apenas por curiosidade intelectual que movia os adolescentes daquela época a irem procurar no dicionário o domínio dos palavrões.

(E) A intenção daqueles jovens era de causarem impacto através de palavras abstrusas com efeito imediato sobre os mais intrépidos.

8. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase *Meu amigo Jaime e eu chegamos a inventar umas tantas,* a forma verbal resultante deverá ser:

(A) chegaram-nos a inventar-se.
(B) chegou-se a inventá-las.
(C) chegariam a inventar-se.
(D) chegamos a tê-las inventado.
(E) chegaram a ser inventadas.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15 considere o texto abaixo.

Atualidade do velho Sêneca

Encontra-se nos textos dos antigos clássicos uma sabedoria que não tem prazo de validade. Contemporâneo de Cristo, o sábio Sêneca, espanhol de nascimento que fez vida na Roma de Nero, deixou-nos um legado fundamental: princípios de uma corrente filosófica identificada com o estoicismo, cujas raízes se devem à cultura grega. Sêneca dedicou-se, em vários textos, à defesa desses princípios, cujo sentido está em disciplinar nossa vida para levá-la a bom termo, ou seja, atravessá-la com sabedoria e proveito.

Um dos princípios fundamentais: evitar o excesso das paixões, que perturbam a tranquilidade da alma. O homem estoico não se deixa arrastar por sonhos irrealizáveis, nem estabelece para si o cumprimento de metas distintas: valoriza o dia a dia, encontra o prazer nas experiências cotidianas mais simples, aceitando o limite de sua força pessoal. A sabedoria está em vivermos o que é possível, para que na velhice não fiquemos a lamentar tudo o que não foi alcançado. Sábio é também não esquecer que os sofrimentos e as dores são inevitáveis: por isso, estejamos sempre preparados para o que é tão previsível como um infortúnio. Contando com ele, sofreremos menos.

Para os estoicos, a inevitabilidade da morte deve estar no horizonte, não para atemorizar-nos, mas para nos lembrar que a vida é tão mais preciosa quanto a saibamos limitada pela própria natureza. Morrerá melhor quem melhor viva, ensina Sêneca, e o tempo da vida é de qualquer modo suficiente para quem sabe vivê-lo e aproveitá-lo em todos os momentos presentes, em vez de projetá-lo para o futuro ideal que nunca chega.

A influência direta ou indireta desses princípios encontra-se em um sem-número de escritores. Em nossa literatura, o poeta Manuel Bandeira parece ter acolhido algumas convicções estoicas: sua vida e sua poesia fizeram-se sob a égide do limite, do menor, do imediato, em vez de aspirarem ao grandioso, ao infinito, ao transcendente. A simplicidade dos poemas de Bandeira está carregada da sabedoria de quem está atento ao que vive. O cotidiano é, para esse poeta, uma fonte permanente de poesia. Ler seus versos é aproximar-se dos sentimentos comuns que ganham inesperada altura.

Não se pode, talvez, afirmar que Bandeira tenha lido Sêneca e com ele aprendido a viver melhor. Mas é certo que Sêneca gostaria de vir a ler os poemas de Bandeira.

(Valdir Callado, *inédito*)

9. Entre os princípios básicos do estoicismo de Sêneca, conforme o texto, está o de

(A) suportar os limites da vida com a esperança de quem, num determinado momento, alcançará o ideal dado como inatingível.

(B) recusar os ideais do espírito em nome dos prazeres sensoriais, que devem ser explorados com grande arte e intensidade.

(C) viver em conformidade com os limites humanos, buscando a serenidade e valorizando as experiências do cotidiano.

(D) buscar o sentido maior da vida nas emoções mais fundas do espírito, opondo-as à ordem material do mundo.

(E) encarar a inevitabilidade da morte com a confiança de quem espera realizar o destino da alma na pura transcendência.

www.pciconcursos.com.br

10. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se em uma forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

(A) Ao excesso das paixões ..... (**corresponder**) não a graça dos momentos felizes, mas o desequilíbrio das forças do espírito.

(B) Não ..... (**constar**), entre os legados dos pensadores clássicos, qualquer princípio que nos afaste da sabedoria de viver.

(C) Ao que teme a morte ..... (**aguardar**) as aflições suplementares que comprometem a vida.

(D) A nós, mortais, ... (**caber**)-nos aguardar os infortúnios com a certeza de sua inevitabilidade.

(E) Não ..... (**haver**) por que temer as dores da vida, quando se espera por elas.

11. Atente para as seguintes afirmações:

I. A atualidade do pensamento de Sêneca deve-se ao fato de que em nossa época alcançam amplo prestígio as pessoas responsáveis por grandes feitos.

II. Segundo o estoicismo de Sêneca, a inevitabilidade da morte é consolada naqueles cuja fé religiosa torna-se um valor maior em si mesmo.

III. O valor de uma vida não se mede pela quantidade dos anos vividos, mas pela qualidade das experiências de quem aceitou seus limites.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) III, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I e II, apenas.

(D) II, apenas.

(E) I e III, apenas.

12. Em conformidade com o texto, esta é uma passagem da poesia de Manuel Bandeira que bem se alinharia entre os princípios estoicos de Sêneca:

(A) Eu faço versos como quem morre / de desalento ... de desencanto ...

(B) Vou-me embora pra Pasárgada! / Lá sou amigo do rei!

(C) Depois veio o mau Destino / e fez de mim o que quis.

(D) Quero a delícia de poder sentir as coisas mais simples.

(E) Meu verso é sangue. Volúpia ardente ...

13. Está correta a flexão de todas as formas verbais da frase:

(A) O que é novo não destitue o que é velho quando este influi, de fato, na ordenação dos paradigmas de uma época.

(B) Sêneca não se absteve de enfrentar os limites da condição humana, o que requer coragem e constitui prova de sábia humildade.

(C) Não há hoje quem detenhe essa ânsia, que parece irresistível, de só desejar o que é grande, o que é excepcional, o que é altamente desafiador.

(D) Nem mesmo meus mais jovens alunos conteram seu entusiasmo quando, diante das lições de Sêneca, reconheceram o valor que ele atribui à simplicidade.

(E) Se ele perfazer todo o percurso das leituras obrigatórias, não deixará de se entusiasmar com as lições dos velhos estoicos.

14. É preciso **CORRIGIR** a má estruturação da seguinte frase:

(A) Não é nada fácil aceitarmos viver segundo os nossos limites pessoais, numa época que prestigia tanto os feitos extravagantes.

(B) Preceptor de Nero, o sábio Sêneca buscou, sem sucesso, influir na formação moral do jovem discípulo.

(C) Não temer a morte, sendo um postulado do estoicismo de Sêneca, pelo qual ela é concebida como um atributo da própria natureza.

(D) Ainda que talvez não tenha lido os textos de Sêneca, o poeta Manuel Bandeira deixa entrever, em seus versos, valores apregoados pelo sábio estoico.

(E) Sêneca admirava os gladiadores que, combatendo tão galhardamente, pareciam não temer a morte, sem deixarem de afirmar a vida.

15. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

(A) Embora tão distantes de nós, os velhos sábios da antiguidade clássica, continuam a nos ensinar, a despeito dos descaminhos, da modernidade, as lições que permanecem preciosas, por se apoiarem não em circunstâncias, fortuitas, mas em valores permanentes.

(B) Embora tão distantes, de nós, os velhos sábios da antiguidade clássica, continuam a nos ensinar a despeito dos descaminhos da modernidade, as lições que permanecem preciosas por se apoiarem não em circunstâncias fortuitas, mas em valores permanentes.

(C) Embora tão distantes de nós, os velhos sábios, da antiguidade clássica continuam a nos ensinar, a despeito dos descaminhos da modernidade as lições que permanecem preciosas, por se apoiarem não em circunstâncias fortuitas, mas, em valores permanentes.

(D) Embora tão distantes de nós os velhos sábios da antiguidade clássica, continuam a nos ensinar, a despeito dos descaminhos da modernidade, as lições, que permanecem preciosas por se apoiarem não em circunstâncias fortuitas mas, em valores permanentes.

(E) Embora tão distantes de nós, os velhos sábios da antiguidade clássica continuam a nos ensinar, a despeito dos descaminhos da modernidade, as lições que permanecem preciosas por se apoiarem não em circunstâncias fortuitas, mas em valores permanentes.

www.pciconcursos.com.br

Controle Externo

16. Foi verificada irregularidade em um contrato firmado pelo Governo Federal que conduz à necessidade de sua sustação. Nos termos da Constituição Federal brasileira, a adoção desse ato será feita diretamente pelo

(A) Presidente da Câmara dos Deputados.

(B) Congresso Nacional.

(C) Tribunal de Contas da União.

(D) Poder Executivo Federal.

(E) Senado.

17. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídios dos

(A) juízes de primeira instância.

(B) membros do Conselho Nacional de Justiça.

(C) Deputados Estaduais.

(D) Desembargadores do Tribunal de Justiça.

(E) Ministros do Tribunal de Contas da União.

18. Um servidor de uma Prefeitura recebeu, a título de adiantamento, numerário para gastos de pequena monta do setor de assistência social. A prestação de contas da utilização desse recurso

(A) não está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas, uma vez que o adiantamento, por se tratar de despesa excepcional e de pequena monta, não integra o orçamento.

(B) não está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas, uma vez que o uso é vinculado e pré-estabelecido.

(C) está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas, a quem compete julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

(D) está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas para fins de registro.

(E) está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas, sobre a qual será emitido parecer prévio.

19. Inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário podem ser realizadas pelo Tribunal de Contas por iniciativa de Comissão

(A) de inquérito.

(B) julgadora.

(C) revisora.

(D) de justiça.

(E) mista dos Poderes.

20. Exercer a vigilância quanto à acumulação de cargos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas compete, nos termos do seu Regimento Interno, ao

(A) Corregedor-Geral.

(B) Tribunal Pleno.

(C) Presidente.

(D) Auditor.

(E) Vice-Presidente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

21. Em regular fiscalização, autoridades municipais autuaram e multaram determinados estabelecimentos comerciais que estavam funcionando além do horário previsto na legislação que disciplina a atividade. Essa atuação configura

(A) poder regulamentar no que concerne à autuação e exercício de poder de polícia no que se refere à imposição de multa.

(B) expressão do poder regulamentar, uma vez que consiste na mera aplicação de legislação específica.

(C) exacerbação do poder regulamentar, na medida em que esse não contempla a execução de atos materiais.

(D) exercício do poder de polícia, com exceção da aplicação de multa, visto que os atos materiais repressivos não são abrangidos pelo instituto.

(E) exercício do poder de polícia pela administração, que autoriza a adoção de medidas materiais repressivas da atuação desconforme à lei.

22. Diante de um ato administrativo que atribui a um particular o direito de lavra de uma determinada jazida de minério, presume-se ser

(A) dotado do atributo da discricionariedade, o que possibilita ao particular o juízo de conveniência e oportunidade sobre a aplicação do conteúdo do ato, inclusive aplicando-se a autoexecutoriedade.

(B) pressuposto absoluto do referido ato sua conformidade à lei, não sendo passível de questionamento sua legalidade, porque atributivo de direitos.

(C) dotado do atributo da exigibilidade e da legalidade, ou seja, de que foi produzido conforme a lei, podendo ser inclusive oponível contra terceiros.

(D) pressuposto absoluto do referido ato sua conformidade à lei, não sendo passível de revogação diante de questionamento sobre sua legalidade, bem como sobre sua conveniência e oportunidade, porque atributivo de direitos.

(E) dotado do atributo da auto executoriedade, o que possibilita ao particular que execute material e diretamente o conteúdo da autorização, inclusive em face do próprio poder público, que fica impedido de rever o ato.

www.pciconcursos.com.br

23. O Município iniciou procedimento de licitação para outorga de concessão para exploração de determinado serviço público estadual, previsto na Constituição Federal brasileira. Com base nessa informação, o procedimento é

(A) constitucional, na medida em que não se transferiu a titularidade do serviço, apenas sua exploração.

(B) legal, na medida em que há competência subsidiária do Município para titulação e exploração de serviços públicos estaduais.

(C) legal, caso se esteja diante de serviço público estadual não exclusivo, em relação aos quais os municípios são titulares subsidiários.

(D) inconstitucional, na medida em que a concessão deveria ter contemplado a outorga da titularidade do serviço estadual ao particular, desde que houvesse anuência do Estado.

(E) inconstitucional, na medida em que a competência para a outorga de concessão para a exploração de serviço público deve respeitar a titularidade do mesmo.

24. O poder normativo, inerente ao Poder Executivo,

(A) é passível de ser delegado, em diferentes graus e medidas, nos termos da legislação vigente, inclusive às autarquias de regime especial que atuem em determinado e específico segmento.

(B) estende-se às autarquias, que podem editar decretos autônomos, dentre as hipóteses previstas na Constituição Federal brasileira.

(C) restringe-se ao poder regulamentar em sentido estrito, na medida em que não é permitida qualquer inovação na ordem jurídica, cabendo apenas a execução do que estiver disciplinado em lei.

(D) abrange o poder regulamentar de todos os entes que integram a administração indireta, os quais podem editar decretos regulamentando a legislação da mesma esfera de governo.

(E) é exclusivo e privativo da administração direta, não cabendo às autarquias o exercício de qualquer parcela de poder normativo.

25. O Poder Público pretende instalar um equipamento público em determinado imóvel de sua titularidade, para disponibilizar um serviço público à população. Trata-se de uma obra viária de grande vulto, não detendo o Poder Público a integralidade dos recursos necessários para implantação da obra. Precisa se valer da iniciativa privada. Uma possível solução para o projeto é

(A) instituir uma parceria público privada para construção da obra e exploração do serviço público, não sendo admitidos aportes por parte do Poder Público, somente investimentos por parte da iniciativa privada.

(B) modelar uma concessão patrocinada, estabelecendo-se uma contraprestação pelo poder público em favor do privado e este a instituição de tarifa a ser cobrada do usuário final do serviço.

(C) modelar uma concessão administrativa, estabelecendo-se uma remuneração pelo poder público em favor do privado e este a instituição de tarifa a ser cobrada do usuário final do serviço.

(D) instituir concessão de serviço público, seja pela modalidade administrativa, seja pela modalidade patrocinada, estabelecendo-se, em ambos os casos, uma contraprestação pelo Poder Público em favor do privado e este a instituição de tarifa a ser cobrada do usuário final do serviço.

(E) instituir uma parceria público privada para construção da obra pública, não podendo ser estabelecida qualquer tipo de cobrança direta do usuário.

26. Uma autarquia precisa contratar engenheiros para reforçar seus quadros, em razão do sensível aumento da demanda experimentada pelo programa de duplicação de rodovias. Para tanto,

(A) pode contratar empregados celetistas, observado o que dispuser a lei que cria o ente, sujeitando-se à regra do concurso público.

(B) pode realizar contratação direta de empregados públicos, porque não se aplica às autarquias a regra constitucional do concurso público.

(C) deve contratar funcionários públicos estatutários, mediante a realização de concurso público, não podendo ser promovida a contratação de empregados públicos.

(D) pode contratar empregados estatutários, prescindindo da realização de concurso público caso haja expressa previsão na lei que cria o ente.

(E) deve contratar servidores públicos celetistas, somente conferindo estabilidade e vínculo estatutário àqueles contratados mediante concurso público de provas e títulos.

27. Determinado ente público publicou edital de licitação para contratação de obra pública, nos termos da Lei nº 8.666/93. Com receio de que uma construtora pequena não tivesse estrutura suficiente para honrar o prazo contratual, o ente público entendeu por fixar condições de participação com valor mínimo de faturamento. Referidas condições mostraram-se restritivas, violando o princípio da licitação. No que concerne a atuação do Tribunal de Contas, essa Corte poderá

(A) revogar o certame, determinando a instauração de novo procedimento, que deverá considerar as condições expressamente fixadas pelo Tribunal de Contas.

(B) exercer controle sobre a atuação da administração pública, inclusive na fase de publicação de edital de licitação.

(C) exercer controle sobre o contrato que vier a ser firmado pela administração pública, não podendo sindicar a atuação antes da conclusão do procedimento licitatório.

(D) retificar o edital de licitação, para excluir a exigência qualificada como condição restritiva de participação, prosseguindo o certame.

(E) anular o certame, autorizando a contratação direta, caso se configure hipótese de contratação emergencial.

28. No caso de um contrato de concessão de serviço público regido pela Lei nº 8.987/95, diante de uma alteração no regime de incidência tributária que impacte a relação contratual, verifica-se

(A) o dever de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, implementando-se por meio de indenização a ser deduzida diante do ente tributante, ainda que não seja o poder concedente.

(B) a facultatividade de alteração contratual para restabelecimento do reequilíbrio, vedada a utilização da ferramenta da alteração tarifária para essa hipótese.

(C) o dever da concessionária suportar o aumento da carga tributária, forma de expressão da cláusula exorbitante que confere a prerrogativa de alteração unilateral por parte do poder público.

(D) a impossibilidade de alteração da equação econômico-financeira do contrato, valendo a alteração tributária para os casos futuros, ou seja, não abrangendo os contratos em curso.

(E) a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da concessionária, caso se altere a relação de equilíbrio inicial do contrato, podendo ser implementado por meio de revisão tarifária.

www.pciconcursos.com.br

29. Determinado Estado experimentou uma arrecadação sensivelmente superior à esperada para determinado exercício. O administrador decidiu, observado regular processo de tomada de decisão, investir o excesso de arrecadação na construção e implantação de um hospital regional, demonstrada a existência de demanda e que haveria redução de deslocamentos de pacientes. A decisão, no entanto, foi questionada no Poder Judiciário, aduzindo-se na petição inicial que o administrador deveria ter implantado no local uma escola técnica. Neste caso, o Poder Judiciário

(A) poderá exercer o controle de mérito e de legalidade dos atos da administração, vedado o desfazimento do ato legal, mas sendo possível determinar que também seja implantado o equipamento público pretendido pelo autor da ação inicial.

(B) poderá rever a decisão administrativa, decidindo qual dos equipamentos públicos era o mais adequado para a região.

(C) não poderá rever a decisão administrativa, tendo em vista que os atos administrativos não estão sujeitos a controle de legalidade e de mérito pelo Poder Judiciário.

(D) deverá necessariamente rever a decisão administrativa, proferindo decisão de mérito, devendo ser demonstradas as razões que levariam a cada uma das opções, para o adequado controle de resultados.

(E) poderá exercer controle de legalidade sobre a atuação da administração, vedado ingressar na opção legítima do administrador, atinente ao juízo de conveniência e oportunidade da escolha.

30. Determinado servidor obteve, em grau de recurso administrativo, decisão para que seja computado em seu tempo de serviço para fins de concessão de licença-prêmio determinado período em que esteve afastado. Com a mudança da gestão administrativa, o novo administrador discordou do entendimento da autoridade anterior e entendeu, por bem, rever esse entendimento, para que o tempo não seja computado para os fins então requeridos. A nova decisão, ainda, pretendia impor a perda de períodos futuros de licença para aqueles servidores que tivessem gozado do benefício agora considerado indevido. Independentemente do acerto da decisão e partindo do pressuposto de que não houve decadência ou prescrição, para implementar a revisão, a nova autoridade

(A) deverá recorrer à esfera judicial, tendo em vista que a decisão judicial imporá sacrifício à esfera jurídica do servidor, sendo necessário juízo imparcial a respeito da questão.

(B) poderá rever unilateralmente e independentemente de processo administrativo o entendimento, caso a decisão anterior seja comprovadamente ilegal.

(C) deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa em regular processo administrativo para revisão da decisão anterior, tendo em vista que a nova decisão impactará a esfera jurídica do servidor requerente.

(D) deverá exercer juízo discricionário sobre a necessidade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, desde que, em qualquer dos casos, determine a instauração de processo administrativo para revisão da decisão anterior.

(E) poderá prescindir da instauração de processo administrativo, caso decida por não impor a perda de períodos futuros de licença-prêmio, tendo em vista que o prejuízo imposto ao servidor passaria a ser irrelevante.

31. Jeremias, empregado público de empresa pública estadual, contratou, sem licitação, o fornecimento de material de escritório para a divisão que coordenava. Soube-se, posteriormente, que da empresa contratada era sócio uma pessoa das relações pessoais de Jeremias. Nos termos do que dispõe a Lei nº 8.429/92, Jeremias

(A) responde por ato de improbidade caso não incida responsabilização no campo civil ou disciplinar, a fim de não caracterizar excesso de penalização pela atuação ilegal.

(B) responde por ato de improbidade, mesmo que fique demonstrado que os preços de aquisição das mercadorias foram inferiores ao mercado.

(C) não responde por ato de improbidade, tendo em vista que se trata de pessoa jurídica de direito privado, restringindo-se a aplicação das penalidades àqueles atos que impactarem em pessoas jurídicas de direito público.

(D) não responde por ato de improbidade porque a conduta impactou a esfera jurídica protegida de ente integrante da administração indireta, excluídos da proteção legal.

(E) responde por ato de improbidade, desde que se demonstre a ocorrência de dolo e de prejuízo significativo à pessoa jurídica envolvida.

32. A administração celebrou, mediante regular licitação, contrato de fornecimento de insumos de informática para atender as necessidades de determinada repartição pública. Ocorre que, não obstante a contratada esteja cumprindo o contrato pontualmente, a administração não vem efetuando o pagamento pelo fornecimento das mercadorias há cerca de 100 (cem) dias. Diante desse cenário, a contratada

(A) poderá optar entre a suspensão da prestação do serviço público até o pagamento do saldo devedor ou a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de remanescerem devidos os valores não pagos pela administração.

(B) deverá ingressar com ação judicial para recebimento dos valores devidos, sendo-lhe vedada a interrupção do fornecimento.

(C) poderá rescindir unilateralmente o contrato administrativo, mediante notificação administrativa à administração pública.

(D) poderá suspender o cumprimento do contrato, devendo ajuizar ação judicial caso pretenda a rescisão do contrato administrativo.

(E) deverá notificar administrativamente a administração para sanar a mora, sob pena de lhe aplicar, unilateralmente, sanção contratual de multa.

33. Os consórcios públicos, podem

(A) ser constituidos por meio de convênio, precedido de protocolo de intenções e autorização legislativa federal, tendo em vista ser imprescindível a participação da União.

(B) atuar em todas as áreas de interesse dos entes consorciados, vedados os segmentos da saúde e educação.

(C) ser contratados com dispensa de licitação pela administração direta dos entes da federação consorciados.

(D) outorgar concessão de uso de serviço público, nos termos do contrato de consórcio público, sendo-lhes vedado, no entanto, promover desapropriações e instituir servidões administrativas.

(E) promover desapropriações e instituir servidões administrativas, sendo-lhes vedado, no entanto, outorgar concessão de uso de serviço público, ainda que haja expressa autorização para tanto no contrato de consórcio público.

www.pciconcursos.com.br

Direito Constitucional

34. Ao analisar as contas anuais de uma Câmara de Vereadores de Município com 95.000 habitantes, sujeito à sua jurisdição, o órgão técnico do Tribunal de Contas do Estado deparou-se com os seguintes dados:

a. subsídio dos Vereadores correspondente a 35% do subsídio dos Deputados Estaduais.

b. total da despesa com a remuneração dos Vereadores equivalente a 5% da receita do Município.

c. total da despesa do órgão legislativo municipal equivalente a 7% do efetivamente realizado no exercício anterior.

Considerada a disciplina constitucional da matéria, as contas da Câmara de Vereadores em questão

(A) serão compatíveis com a Constituição da República, no que se refere ao total da despesa do órgão, desde que incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

(B) afrontam a Constituição da República, no que se refere ao valor do subsídio de seus membros.

(C) afrontam a Constituição da República, no que se refere ao total da despesa com a remuneração dos Vereadores.

(D) afrontam a Constituição da República, no que se refere ao total da despesa do órgão.

(E) serão compatíveis com a Constituição da República, no que se refere ao total da despesa com a remuneração dos Vereadores, desde que o gasto com folha de pagamento seja de, no máximo, 80% da receita do órgão.

35. Será compatível com a Constituição da República legislação estadual que, ao dispor sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, estabeleça que

(A) os integrantes do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas estão sujeitos ao mesmo estatuto jurídico que rege os membros do Ministério Público estadual, no que concerne a direitos, vedações e forma de investidura no cargo.

(B) membros do Ministério Público estadual poderão exercer as atribuições do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, interinamente, sempre que houver vagas neste, enquanto se providencie a realização de concurso público para seu preenchimento.

(C) Procuradores da Fazenda junto ao Tribunal de Contas poderão exercer as funções do Ministério Público especial, nas hipóteses previstas no Regimento Interno daquela Corte.

(D) o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas goza das mesmas garantias institucionais asseguradas ao Ministério Público estadual, inclusive no que se refere à sua autonomia administrativa e financeira.

(E) os cargos de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas serão automaticamente convertidos para os de Procurador de Justiça do Ministério Público estadual, na hipótese de extinção de vagas junto ao Tribunal de Contas.

36. Nos termos da Constituição da República, a proteção do meio ambiente é competência material

(A) comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como pode ser objeto de legislação federal, para o estabelecimento de normas gerais, e estadual, de natureza suplementar, desde que inexistente lei federal sobre normas gerais na matéria, tendo a legislação estadual sua eficácia suspensa, se superveniente à lei federal.

(B) comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como pode ser objeto de legislação federal, para o estabelecimento de normas gerais, e estadual, de natureza suplementar ou, desde que inexistente lei federal sobre normas gerais na matéria, até mesmo plena para atender a peculiaridades dos Estados.

(C) comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas legislativa privativa da União, embora esta possa, por meio de lei complementar, autorizar os Estados a legislarem na matéria, para atender a suas peculiaridades.

(D) e legislativa privativa da União, embora esta possa, por meio de lei complementar, autorizar os Estados a legislarem sobre questões específicas da matéria.

(E) e legislativa privativa da União, embora esta possa, por meio de lei complementar, autorizar os Estados e Municípios a legislarem sobre questões específicas da matéria, para atender a suas peculiaridades.

37. Sobre nacionalidade, cidadania e direitos políticos, à luz da Constituição da República, considere:

I. Plebiscito, referendo e iniciativa popular são mecanismos de democracia participativa, por viabilizarem participação direta do cidadão no exercício do poder, que também é exercido indiretamente, pelos representantes eleitos pelo povo.

II. A soberania popular é exercida, entre outros mecanismos, pelo voto obrigatório, direto e secreto, com valor igual para todos, razão pela qual este não pode ser abolido do texto constitucional, funcionando como limite material à atuação do poder de reforma da Constituição.

III. Não se admite sequer por lei o estabelecimento de diferenças entre brasileiros natos e naturalizados, à exceção daquelas previstas na Constituição, como quando esta reserva o preenchimento de determinados cargos a brasileiros natos ou, então, quando permite a extradição de brasileiros naturalizados, mas não a de brasileiros natos.

IV. Perderá a nacionalidade e os direitos políticos o brasileiro que tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial transitada em julgado, o que pode ocorrer em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II e IV.

(B) I e II.

(C) I, III e IV.

(D) III e IV.

(E) I, II e III.

www.pciconcursos.com.br

38. Em janeiro de 2012, foi publicada a Lei Complementar federal nº 141, que, nos termos de seu artigo 1º, institui:

I. *o valor mínimo e normas de cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde.*

II. *percentuais mínimos do produto da arrecadação de impostos a serem aplicados anualmente pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde.*

III. *critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados aos seus respectivos Municípios, visando à progressiva redução das disparidades regionais.*

IV. *normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.*

Considerando o quanto acima transcrito à luz da disciplina constitucional da matéria, tem-se que referida lei complementar

(A) dispôs sobre aspectos da matéria em relação aos quais a própria Constituição da República exigiu a edição de lei complementar, exceto no que se refere ao valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, uma vez que a própria Constituição já o faz.

(B) não poderia ter estabelecido percentuais mínimos a serem aplicados por Estados, Distrito Federal e Municípios, uma vez que a própria Constituição da República já o faz.

(C) deveria ter se restringido a estabelecer normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde na esfera federal, não lhe competindo tratar dessa matéria nos âmbitos estadual, distrital e municipal.

(D) não poderia ter instituído critérios de rateio dos recursos dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, por se tratar de matéria de competência da legislação estadual.

(E) dispôs sobre aspectos da matéria em relação aos quais a própria Constituição da República exigiu a edição de lei complementar, a ser reavaliada pelo menos a cada cinco anos.

---

39. Suponha-se que a constituição de determinado Estado federal estabeleça as seguintes condições para sua reforma:

a. iniciativa do chefe de Estado, de um terço dos membros de qualquer das casas de seu legislativo nacional bicameral ou de uma parcela dos legislativos dos entes federados, exigida neste caso representação percentual mínima da população de cada proponente.

b. votação em dois turnos, em cada Casa do legislativo nacional, considerando-se aprovada se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros em cada turno de votação.

c. intervalo mínimo de 2 anos entre as reformas constitucionais.

d. impossibilidade de reforma durante a vigência de intervenção federal ou de estados excepcionais de vigência de normas restritivas de direitos.

e. enumeração de matérias em relação às quais é vedada a atuação do poder de reforma.

Diante desse quadro, é correto afirmar que a Constituição brasileira, comparativamente,

(A) adota limites materiais de maneira tão rígida quanto a constituição do Estado federal em questão.

(B) é mais restritiva, em relação à iniciativa para propositura de propostas de emenda à Constituição.

(C) adota procedimento menos rígido para aprovação de emendas à Constituição, se considerado o quórum para tanto exigido.

(D) é menos restritiva em relação ao tempo de realização da reforma constitucional, já que não impõe limites temporais ao poder de reforma, diferentemente do que fez em relação à possibilidade de revisão constitucional.

(E) é mais restritiva no que se refere à imposição de limites circunstanciais ao poder de reforma, já que a proíbe também durante a vigência de estado de sítio e estado de defesa, além das hipóteses referidas.

---

40. Lei municipal que institua contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública será

(A) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de serviço público indivisível, que deve ser custeado com a receita proveniente de impostos.

(B) compatível com a Constituição da República, podendo sua cobrança ser realizada no exercício financeiro seguinte àquele em que publicada a lei, embora não antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada.

(C) compatível com a Constituição da República, podendo sua cobrança ser realizada no exercício financeiro seguinte àquele em que publicada a lei, ainda que não decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada.

(D) compatível com a Constituição da República, podendo sua cobrança ser realizada no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei, desde que decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada.

(E) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de tributo de competência de Estados e Distrito Federal.

www.pciconcursos.com.br

41. Ao dispor sobre os princípios gerais da atividade econômica, a Constituição da República

(A) permite que seja contratada com empresas estatais ou privadas a realização de quaisquer atividades sujeitas a monopólio da União, desde que observadas as condições estabelecidas em lei.

(B) consagra a defesa do meio ambiente como um princípio da ordem econômica, mas veda o tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.

(C) assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

(D) estabelece que a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e proibirá a remessa de lucros.

(E) veda a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, salvo por imperativo de segurança nacional, conforme definido em lei.

---

42. Na hipótese de o Tribunal de Contas do Estado (TCE) deparar-se com pagamentos efetuados por uma Câmara de Vereadores a seus membros, com base em lei municipal, a título de indenização pelo comparecimento a sessões legislativas realizadas em decorrência de convocação extraordinária, o TCE

(A) deverá considerar os pagamentos regulares em função de terem sido realizados com base em lei municipal, ainda que esta seja incompatível com a Constituição.

(B) poderá considerar os pagamentos irregulares, desde que a lei municipal com base na qual tenham sido realizados haja sido declarada inconstitucional por decisão judicial transitada em julgado.

(C) poderá considerar os pagamentos irregulares, por entender que a lei municipal é incompatível com a vedação constitucional ao pagamento de parcela indenizatória decorrente de convocação extraordinária, aplicável por simetria aos órgãos legislativos municipais.

(D) poderá considerar os pagamentos irregulares, desde que a lei municipal com base na qual tenham sido realizados haja sido declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

(E) deverá considerar os pagamentos regulares, uma vez que a vedação constitucional ao pagamento de parcela indenizatória decorrente de convocação extraordinária restringe-se ao Congresso Nacional.

---

43. Diante da repartição funcional do exercício do Poder estabelecida pela Constituição da República, considera-se atípica a função atribuída

(A) ao Presidente da República para sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

(B) ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(C) à Câmara dos Deputados para autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(D) ao Senado Federal para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.

(E) ao Presidente da República para vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

---

44. Diante da *"possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil"*, que reconhece como entidade familiar "*a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família"*, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao apreciar sua constitucionalidade, à luz do princípio da igualdade, deu-lhe interpretação de forma a *"excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família"* (ADI 4.277 e ADPF 132, Rel. Min. Ayres Britto, Plenário, *DJE* de 14-10-2011). Nesta hipótese, o STF procedeu à

(A) recepção do art. 1.723 do Código Civil pela Constituição.
(B) declaração de inconstitucionalidade do art. 1.723 do Código Civil, com redução de texto.
(C) declaração de constitucionalidade do art. 1.723 do Código Civil, com redução de texto.
(D) declaração de inconstitucionalidade por omissão do art. 1.723 do Código Civil.
(E) interpretação conforme a Constituição do art. 1.723 do Código Civil.

---

45. Um Deputado Federal pretende impedir que a Câmara dos Deputados delibere sobre Proposta de Emenda à Constituição que visa instituir pena de prisão perpétua para a hipótese da prática de atos de terrorismo, por considerá-lo incompatível com a Constituição da República. Nesta hipótese, o Deputado Federal

(A) não dispõe de mecanismo para questionar judicialmente o trâmite da proposição legislativa.
(B) poderá impetrar mandado de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal.
(C) poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal.
(D) poderá impetrar *habeas corpus*, perante o Superior Tribunal de Justiça.
(E) poderá ajuizar ação popular, perante o Supremo Tribunal Federal.

www.pciconcursos.com.br

Direito Financeiro

46. Tanto para empenho e para licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras, assim como para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, será necessário apenas,

(A) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem previsão na lei orçamentária anual e adequação com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

(B) estimativa do impacto orçamentário-financeiro do exercício em que deva entrar em vigor.

(C) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.

(D) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, mais declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(E) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes do mandato do chefe do Executivo, mais declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias do plano plurianual.

---

47. A competência constitucional para fixação dos limites globais para o montante da dívida pública fundada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é atribuída

(A) ao Poder Legislativo de cada um dos entes, mediante proposta do presidente da respectiva Casa.

(B) ao Congresso Nacional, em virtude de proposta apresentada pelo Ministro da Fazenda.

(C) ao Senado Federal, em razão de proposta do Presidente da República.

(D) à Câmara dos Deputados, em razão de proposta do Presidente da República.

(E) ao Tribunal de Contas da União, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

48. NÃO existe vedação em operação de crédito

(A) entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, desde que não se destine a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.

(B) na hipótese de uma instituição financeira estatal conceder empréstimo ao ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

(C) em caso de antecipação de receita, na realização de várias operações de crédito de mesma natureza, independente do resgate integral das mais antigas.

(D) até o primeiro semestre do último ano de mandato do Chefe do Executivo, desde que se trate de operações de crédito por antecipação da receita.

(E) entre entes da unidade da Federação, direta ou indiretamente, desde que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

49. A lei que institui o plano plurianual:

(A) só pode ser aprovada após a sanção da lei de diretrizes orçamentárias, que servirá para orientar sua elaboração e para permitir que já englobe o orçamento anual que vigerá junto com o início de sua vigência.

(B) é de competência concorrente do Chefe Executivo e do Presidente do Congresso e tem vigência de cinco anos.

(C) disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

(D) tem por objeto unicamente os planos e programas nacionais, regionais e setoriais com prazo de vigência superior a dois exercícios financeiros.

(E) tem por objeto a fixação de objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada, dentre outros.

---

50. A realização de empréstimo público em operação externa de interesse da União, Estados, Distrito Federal e Municípios depende de

(A) autorização por Decreto Legislativo do Congresso Nacional, sob pena de anulação do contrato, o que desobriga o ente a desfazê-lo.

(B) previsão nas leis orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, sob pena de ilegalidade na sua contratação e responsabilidade fiscal dos responsáveis pela contratação.

(C) autorização do Chefe do Executivo que estiver contraindo o empréstimo, com base em prévia autorização na lei orçamentária anual, sob pena de responsabilidade fiscal do ordenador do empréstimo.

(D) autorização por Resolução do Senado Federal, sob pena de nulidade do contrato, o que desobriga o ente a cumpri-lo.

(E) abertura de crédito adicional para justificar a sua contratação, sob pena de declaração de irresponsabilidade na gestão fiscal.

---

51. A Fazenda Pública, enquanto devedora em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, é obrigada a

(A) admitir que seja feita a compra de imóveis públicos do respectivo ente federado devedor por credor de precatório expedido até 1º de julho e já incluído no orçamento do exercício seguinte ao da sua expedição.

(B) pagar imediatamente todos os débitos de natureza alimentícia, independente da expedição de precatório e de ordem de apresentação.

(C) expedir precatório e realizar o empenho no mesmo exercício em que transite em julgado a sentença condenatória de obrigação definida em lei como de pequeno valor.

(D) expedir precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como o seu fracionamento ou repartição para fins de enquadramento de parcela do total como obrigação de pequeno valor, em tantas parcelas quantas forem necessárias a este enquadramento, quando o credor for pessoa maior de 55 anos.

(E) incluir no orçamento verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários expedidos até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

www.pciconcursos.com.br

52. Sobre a elaboração da lei orçamentária, a Constituição de 1988 dispõe:

I. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por leis de iniciativa do Presidente da República, de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

II. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

III. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão, segundo a Constituição Federal, discutidos e votados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II.

(B) I.

(C) II e III.

(D) III.

(E) I e II.

53. Ao regular o processamento da despesa pública, a Lei nº 4.320/1964 dispõe:

(A) É permitido expressamente por lei que os Municípios assumam, a qualquer tempo, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do prefeito.

(B) Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho", documento este que não pode ser dispensado por lei ou ato normativo.

(C) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

(D) São vedados a realização de despesa sem prévio empenho e o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

(E) A critério da autoridade competente, o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

54. De acordo com a Constituição de 1988 e Lei nº 4.320/1964, considere:

I. Os créditos adicionais classificam-se em *suplementares*, quando destinados a reforçar a dotação orçamentária; *especiais*, quando destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública; e *extraordinários*, quando destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

II. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário no que tange aos créditos especiais e extraordinários.

III. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I.

(B) II e III.

(C) II.

(D) III.

(E) I e III.

55. Segundo a Constituição Federal brasileira, a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para o cumprimento dos referidos limites estas entidades estatais adotarão as seguintes providências:

(A) demissão dos servidores não estáveis, exoneração dos que ocupam cargos em comissão e funções de confiança e colocação em disponibilidade de, pelo menos, vinte por cento dos servidores estáveis.

(B) redução, em pelo menos, dez por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e demissão dos servidores não estáveis.

(C) redução, em pelo menos, trinta por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

(D) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores não estáveis e, se necessário, o servidor estável poderá perder o seu cargo, fazendo jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

(E) exoneração dos servidores não estáveis e colocação em disponibilidade dos servidores estáveis, com remuneração integral.

www.pciconcursos.com.br

Direito Civil

56. Compra e venda de dados bancários sigilosos é ato

(A) nulo, mas que convalesce com o tempo.

(B) válido, porém ineficaz.

(C) nulo e passível de conhecimento de ofício.

(D) anulável e suscetível de confirmação.

(E) anulável, assim como a simulação.

57. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

(A) a lei nova revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja incompatível com o texto da lei antiga ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava.

(B) lei geral revoga lei especial anterior.

(C) o desconhecimento da lei autoriza o seu descumprimento.

(D) quando a lei for omissa, o juiz decidirá em favor do réu.

(E) salvo disposição em contrário, a lei entra em vigor no país no momento de sua publicação.

58. De acordo com o Código Civil,

(A) a menoridade cessa aos vinte e um anos completos.

(B) o nascituro possui direitos sob condição suspensiva.

(C) os menores de dezesseis anos são relativamente incapazes para os atos da vida civil.

(D) é sempre vedada a disposição de parte do próprio corpo.

(E) o pseudônimo não goza de proteção.

59. A declaração de vontade

(A) é válida mesmo que feita por absolutamente incapaz.

(B) deve ser feita, em regra, na forma escrita.

(C) deve observar mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nela consubstanciada.

(D) deve ser interpretada de maneira estrita, no caso de negócio jurídico benéfico.

(E) não subsiste quando o declarante houver feito a reserva mental de não querer o que declarou.

60. A prescrição

(A) deve ser alegada no primeiro grau de jurisdição, sob pena de preclusão.

(B) extingue o direito material.

(C) pode ser regulada por acordo entre as partes.

(D) corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

(E) pode ser renunciada de maneira expressa ou tácita, depois de consumada e desde que não haja prejuízo a terceiros.

Direito Processual Civil

61. Sobre ação popular,

(A) é vedado ao juiz suspender liminarmente o ato impugnado, eis que se trata de decisão provisória e tomada em cognição sumária, podendo gerar graves prejuízos à administração pública.

(B) é incabível para a anulação, devendo seu objeto limitar-se à declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio das pessoas jurídicas de direito público interno.

(C) é nulo o ato lesivo ao patrimônio do Estado quando praticado com vício de forma, mas não o é quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

(D) é vedado ao Ministério Público, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.

(E) o representante do Ministério Público não poderá promover o prosseguimento da ação em caso de desistência do autor, eis que não possui legitimidade para propor ação popular.

62. De acordo com o microssistema legal das ações coletivas, nas que versarem sobre interesses

I. difusos, a coisa julgada será *erga omnes*, independentemente do resultado, mas desde que analisado o mérito.

II. coletivos *stricto sensu*, a coisa julgada será *ultra partes,* apenas no caso de procedência.

III. difusos ou coletivos *stricto sensu*, a sentença fará coisa julgada material, salvo se de improcedência por falta de provas.

IV. individuais homogêneos, a sentença fará coisa julgada material, apenas em caso de procedência.

Está correto o que consta em

(A) I e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.
(E) II e IV, apenas.

63. Considerando as disposições legais sobre mandado de segurança, é INCORRETO afirmar que

(A) cabe mandado de segurança contra ato praticado pelos administradores de concessionárias de serviço público, ainda que sejam atos de gestão comercial.

(B) após o despacho da petição inicial é vedada eventual intervenção litisconsorcial voluntária.

(C) o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento de eventual recurso contra decisão liminar poderá suspender sua execução, a requerimento da pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

(D) não se concederá mandado de segurança contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

(E) para que seja cabível o mandado de segurança, a ilegalidade ou o abuso de poder deve ser praticado por autoridade, sendo irrelevante a categoria ou as funções que exerça.

www.pciconcursos.com.br

64. Acerca de Medidas Cautelares, considere:

I. podem ser revogadas ou modificadas a qualquer tempo.

II. a concessão de liminar proposta em face do Poder Público está sujeita à prestação de caução, tratando-se de limite ao poder geral de cautela.

III. o indeferimento não obsta a que a parte intente a ação principal, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.

IV. ao juiz é vedado determinar sem a audiência das partes.

Está correto o que consta em

(A) I, II, III e IV.

(B) I e II, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e IV, apenas.

65. Acerca de Prazo e Preclusão,

(A) o prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é contínuo, interrompendo-se, todavia, nos feriados.

(B) a parte que não praticar o ato processual no prazo correto está sujeita à preclusão temporal, salvo se provar que o não realizou por justa causa, caso em que o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.

(C) o Ministério Público tem prazo em quádruplo tanto para recorrer quanto para responder aos recursos.

(D) a preclusão consumativa não se aplica ao Ministério Público, eis que representa interesses públicos ou sociais.

(E) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios, desde que demonstrem motivo legítimo.

Direito Penal

66. À luz do Código Penal e da Lei nº 8.666/93, não se classifica como servidor público ou equiparado:

(A) diretor de autarquia.

(B) diretor de sociedade de economia mista.

(C) jurado no Tribunal do Júri.

(D) mesário em eleições municipais.

(E) defensor dativo.

67. No peculato culposo, a reparação do dano precedente à sentença irrecorrível exclui a

(A) ilicitude.

(B) tipicidade.

(C) antijuridicidade.

(D) culpabilidade.

(E) punibilidade.

68. No ambiente da Lei nº 8.666/93, os núcleos típicos *devassar* e *fraudar* tem, respectivamente, o sentido normativo de

(A) invadir e perscrutar.

(B) conhecer e enganar.

(C) agredir e ludibriar.

(D) subtrair e falsificar.

(E) tomar e induzir.

69. Todos os crimes funcionais tem como bem jurídico precípuo

(A) a coletividade.

(B) o patrimônio público.

(C) a moralidade pública.

(D) a fé pública.

(E) o Estado.

70. À vista de um juízo meramente legal de proporcionalidade penal, tem-se como mais gravoso o crime de

(A) concussão.

(B) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

(C) prevaricação.

(D) advocacia administrativa.

(E) desacato.

www.pciconcursos.com.br

DISCURSIVA

Questão 1

Determinado Estado necessita ampliar e modernizar sua malha de transporte metropolitano, incluindo os transportes de passageiros sobre trilhos e linhas de ônibus e, para tanto, pretende celebrar contrato com investidores privados. Em relação às linhas de ônibus metropolitanos, verifica-se que a tarifa cobrada dos passageiros é suficiente para cobrir as despesas operacionais, investimentos e retorno do capital do operador privado. Já em relação aos trens metropolitanos, considerando os vultosos investimentos para aquisição de material rodante e sistemas, da ordem de R$ 500 milhões, e a modicidade tarifária aplicável, a receita tarifária que será proveniente da cobrança, pelo privado, dos usuários não é suficiente para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Considerando a legislação que rege os contratos públicos, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

a. Com relação ao transporte de ônibus, qual a modalidade ou modalidades contratuais aplicáveis? É necessário que a seleção do privado se dê por procedimento licitatório? A quem deve ser atribuído o risco da exploração do negócio, incluindo variação da demanda de passageiros: ao Poder Público ou ao operador privado?

b. No que diz respeito à modernização e exploração das linhas de trens metropolitanos por investidor privado, qual a modalidade contratual aplicável mais adequada? Quais as características desse tipo de contrato? Existe a possibilidade do Poder Público realizar algum pagamento ou desembolso, em favor do privado, antes da fruição dos serviços decorrentes da modernização a cargo do investidor privado? Discorra sobre as garantias contratuais aplicáveis.

RASCUNHO
PCIconcursos

Questão 2

Suponha que um deputado estadual tenha apresentado projeto de lei determinando que a substituição da frota de veículos para uso oficial seria permitida desde que os bens adquiridos fossem produzidos naquele Estado. Em 2012, o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, mas vetado pelo Governador, tendo o veto sido derrubado pelo Poder Legislativo estadual. Desde então, as empresas que comercializam veículos produzidos em outros Estados têm impetrado mandados de segurança para que possam participar dos procedimentos licitatórios para compra de veículos oficiais, mas a jurisprudência ainda não se firmou a respeito da questão. Considerando essa situação, responda:

a. Que argumentos jurídicos podem ser invocados, à luz da Constituição Federal brasileira, em favor das empresas que comercializam veículos produzidos em outros Estados, para que a lei referida deixe de lhes ser aplicada?

b. O Governador do Estado em questão tem legitimidade para propor, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade contra a referida lei estadual? E ação declaratória de constitucionalidade? Justifique.

RASCUNHO
PCI concursos

www.pciconcursos.com.br